**REVALIDAÇÃO DE CERTIFICADO DE REGISTRO (CR)**

**PROCEDIMENTO**

**1º** A revalidação se destina ao CAC cujo CR não tenha vencido e esteja há 90 dias de vencer. Mudança de endereço e outras alterações deverão dar entrada em requerimento próprio de Apostilamento.

**2º** Preencher o Requerimento para revalidação (Anexo 1). Atenção para o e-mail informado, pois será nesse e-mail que o CR será enviado, verificar diariamente a caixa de spam.

3º Montar o processo com os seguintes documentos:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| CRITÉRIO | DOCUMENTO | OBS |
| IDENTIFICAÇÃO PESSOAL | Requerimento de Revalidação (Anexo 1) | 1 |
| Identidade Com Foto e CPF | 2 |
| Comprovante de Ocupação Lícita | 3 |
| Comprovante de Residência Fixa | 4 |
| Declaração do Titular do Endereço Residencial | 5 |
| IDONEIDADE | Certidões de antecedentes criminais das Justiças Federal, Estadual, Militar e Eleitoral | 6 |
| Declaração de inexistência de inquéritos policiais ou processos criminais | 7 |
| CAPACIDADE | Comprovante de Capacidade técnica para o manuseio de arma de fogo | 8 |
| Laudo de Aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo | 9 |
| INSTALAÇÃO | Declaração de segurança do acervo | 10 |
| INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR | Comprovante de filiação a entidade de tiro/caça, conforme o caso | 11 |
| CRAF | 12 |
| Comprovante de pagamento de taxa (GRU)<http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru_novosite/gru_simples.asp>UNIDADE GESTORA: 167086GESTÃO: 00001CÓDIGO RECOLHIMENTO: 11300-0NÚMERO DE REFERÊNCIA: 20524CPF: do requerenteVALOR: R$ 50,00  | 13 |

**Observações:**

**(1)** O requerimento deve ser preenchido corretamente e assinado.

**(2)** A identificação é atestada por qualquer dos documentos previstos no art. 2º da Lei no 12.037, de 1º de outubro de 2009.

**(3)** COMPROVANTE DE OCUPAÇÃO LÍCITA, SERÃO ACEITOS:

A) carteira de trabalho e previdência social (CTPS);

B) Contrato de trabalho, com firma reconhecida;

C) DECORE: Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos. Emitida pelo CRC – Conselho Regional de Contabilidade para profissionais autônomos, profissionais liberais e empresários e microempresários;

D) carteira funcional ou de órgão de classe, acompanhado de comprovação de exercício na função;

E) comprovante de rendimentos;

F) contrato social de empresa;

G) Certificado da Condição do Microempreendedor Individual (CCMEI); ou

H) comprovante de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada.

Obs: Para os demais casos que não possuam nenhuma das documentações relacionadas nos itens A-H, poderá ser aceito uma **declaração de próprio punho** de ocupação lícita.

**(4)** COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA FIXA

O **comprovante de residência** é qualquer documento que comprove que o cidadão tem uma **residência** fixa, seja ela própria ou alugada.

– Conta de concessionárias (água, luz, telefone fixo, gás, telefone móvel) e etc.

– Quando na conta constar nome distinto do requerente, o comprovante da prova de residência deve estar acompanhado de declaração do responsável pelo imóvel.

– O comprovante de residência deve ter sido emitido há menos de noventa dias, considerando a data do protocolo do processo na OM do SisFPC.

**(5)** DECLARAÇÃO DO TITULAR DO ENDEREÇO RESIDENCIAL

– Se for o mesmo endereço de residência fixa, o requerente deverá informar no requerimento.

-Conforme Anexo 2

**(6)** CERTIDÕES DE ANTECEDENTES CRIMINAIS DAS JUSTIÇAS FEDERAL, ESTADUAL, MILITAR E ELEITORAL

a) certidões de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Federal, Justiça Estadual (incluindo Juizados Especiais Criminais), Justiça Militar e Justiça Eleitoral.

b) Estão dispensados os integrantes dos órgãos, instituições e corporações mencionados nos incisos I, II, III, V e VI do *caput* do art. 6º da Lei no 10.826/2003.

**(7)** DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE INQUÉRITOS POLICIAIS OU PROCESSOS CRIMINAIS

-Conforme Anexo 3

**(8)** COMPROVANTE DE CAPACIDADE TÉCNICA PARA O MANUSEIO DA ARMA DE FOGO:

a) A capacidade técnica deve ser comprovada por instrutor de armamento e tiro (IAT) credenciado pela Polícia Federal, conforme o §4º do art. 3º do Decreto nº 9.845/2019 e normatização da Polícia Federal.

b) Estão dispensados os integrantes dos órgãos, instituições e corporações mencionados nos incisos I, II, III, V e VI do *caput* do art. 6º da Lei no 10.826/2003.

c) Caso o instrutor de armamento e tiro (IAT) não conste mais no site da Polícia Federal, deve ser aceito a portaria de credenciamento do IAT. (http://www.pf.gov.br/servicos-pf/armas).

**(9)** LAUDO DE APTIDÃO PSICOLÓGICA PARA O MANUSEIO DE ARMA DE FOGO

a) Atestado fornecido por psicólogo credenciado pela Polícia Federal, conforme §2° do art. 3 do Decreto nº 9.846/2019.

 b) Estão dispensados os integrantes dos órgãos, instituições e corporações mencionados nos incisos I, II, III, V e VI do *caput* do art. 6º da Lei no 10.826/2003.

c) Caso o psicólogo não conste mais no site da Polícia Federal, deve ser aceito a portaria de credenciamento do psicólogo. (http://www.pf.gov.br/servicos-pf/armas).

**(10)** DECLARAÇÃO DE SEGURANÇA DO ACERVO

-Conforme anexo 4.

**(11)** COMPROVANTE DE FILIAÇÃO A ENTIDADE DE TIRO/CAÇA

a) Anexo 5.

b) Aplicável para atirador desportivo e caçador.

Estão dispensados os integrantes dos órgãos, instituições e corporações mencionados nos incisos I, II, III, V e VI do *caput* do art. 6º da Lei no 10.826/2003.

**(12)** Cópia do Certificado de Registro de Arma de Fogo de cada apostilada no acervo do

requerente, deve estar válido para renovação do CR.

**(13)** Anexação do comprovante de pagamento da taxa.

|  |
| --- |
| **REQUERIMENTO PARA REVALIDAÇÃO DE CERTIFICADO DE REGISTRO** **Anexo 1** |

Ao Exmo Sr Comandante da 5ª Região Militar

|  |
| --- |
| **1. INFORMAÇÕES DO REQUERENTE** |

***Nome CR CPF***

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |

***RG ÓRGÃO EXPEDIDOR DA IDT DATA EXPÉDIÇÃO IDT DATA NASC***

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |  |  |

***Telefone Residencial Celular e-mail (O CR será enviado neste email)***

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |  |

|  |
| --- |
| **2. FORMALIZAÇÃO DO PEDIDO** |

O requerente, responsável pelo ato acima qualificado, vem, por meio deste, requerer a Vossa Excelência a **REVALIDAÇÃO** do Certificado de Registro, de acordo com o artigo 65, incisos I e XXI, da Portaria n° 255, de 27 de fevereiro de 2019.

|  |
| --- |
|  |

Nestes termos pede deferimento.

 Curitiba, de de 2019.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome de quem assina

**Anexo 2**

**DECLARAÇÃO DO TITULAR DO ENDEREÇO RESIDENCIAL**

Eu (NOME DO TITULAR DO ENDEREÇO), RG (Nº DO RG DO TITULAR DO ENDEREÇO)**,** CPF (Nº DO CPF DO TITULAR DO ENDEREÇO), declaro para os devidos fins que o senhor (a) (NOME DO CAC), RG (Nº DO RG DO CAC)**,** CPF (Nº DO CPF DO CAC), **reside no endereço de minha propriedade** localizado no (a) (ENDEREÇO RESIDENCIAL COMPLETO COM CIDADE-UF E CEP) e **está autorizado a guardar seu acervo no respectivo endereço.**

 Por ser verdade, dato e assino o presente documento, declarando estar ciente de que responderei criminalmente em caso de falsidade das informações aqui prestadas.

(CIDADE-UF), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(NOME COMPLETO DO TITULAR DO ENDEREÇO)

**Anexo 3**

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE INQUÉRITOS POLICIAIS OU PROCESSOS CRIMINAIS**

Eu, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador (a) do RG nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF n° \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, residente \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, declaro sob as penas da lei, que não respondo processo criminal e/ou inquérito policial, e estou ciente de que, em caso de falsidade ideológica, ficarei sujeito às sanções prescritas no Código Penal e às demais cominações legais aplicáveis.

“Art. 299

\_

Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular. ”

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 20\_\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome

**Anexo 4**

**DECLARAÇÃO DE SEGURANÇA DO ACERVO (DSA)**

EU, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(1)\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_(2)\_\_\_\_\_\_\_, natural de

\_\_\_\_(3)\_\_\_\_\_\_\_\_, nascido em \_\_\_\_/\_\_(4)\_\_\_/\_\_\_\_, \_\_\_\_\_\_(5)\_\_\_\_\_, residindo em \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(6)\_\_\_\_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

DECLARO, para fim de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (*concessão, revalidação de Registro no Comando do Exército ou de apostilamento*), que o local de guarda do meu acervo de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(7)\_\_\_\_\_\_\_\_atende as condições de segurança previstas no anexo F da portaria \_\_\_\_-COLOG/2019 .

Local e data.

 \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(assinatura)

Instruções:

1. nome completo, sem abreviaturas, conforme certidão de nascimento/casamento

2. nacionalidade

3. cidade/UF

4. dia/mês/ano

5. profissão

6. endereço com cidade e UF

7. colecionador, atirador desportivo e/ou caçador

**Anexo 5**

**DECLARAÇÃO DE FILIAÇÃO A ENTIDADE DE TIRO DESPORTIVO/CAÇA**

***(em papel timbrado da entidade)***

A/O \_\_\_\_\_\_\_\_\_*nome da entidade*\_\_\_\_\_\_, CNPJ *\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_*, Registro nº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, com sede na

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_*endereço completo–CEP–município/UF*\_\_\_\_\_\_, DECLARA, para fim de comprovação junto ao Exército

Brasileiro, que \_\_\_\_\_\_\_*nome completo do filiado\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_,* CPF \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, está regularmente inscrito nesta Entidade sob o no\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, datado de \_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_*.*

Esta declaração tem validade de noventa dias.

Local e data

assinatura e carimbo da entidade

presidente ou substituto legal